

Corregedoria-Geral

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA nº 19.290/2018-CGMP

Interessado(a): Luiz Eduardo Marinho Costa

**PARECER**

01 No dia 27/03/2018 foram conclusos os autos do Procedimento de Gestão Administrativa nº 19.290/2018-CGMP, em razão de expediente remetido à Corregedoria-Geral do Ministério Público mediante o e-mail datado de 13 de março de 2018, subscrito pelo Bel. Luiz Eduardo Marinho Costa, exercendo as funções do cargo de 69º Promotor de Justiça da Comarca de Natal/RN, em substituição Legal e de forma cumulativa, aduzindo, *in litteris*, o seguinte:

*"Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, Através do presente e-mail solicito esclarecimentos acerca da amplitude das visitas aos estabelecimentos prisionais militares onde se encontrem presos, sentenciados ou não, em face de acreditar que minha competência para inspeção resume-se a Comarca de Natal/RN, competindo aos colegas com atuação nas Comarcas do interior localiza-las em conjunto com as visitas aos estabelecimentos prisionais civis, por questão de logística e impossibilidade de deslocamento ao interior, sem prejuízo a extensa pauta de audiência de crimes dolosos contra a vida e precatória, também de minha atribuição. Ressalto que tal atribuição só me foi conferida pela apresentação da Resolução 003/2018 – CPG, publicada em 10/03/2018, estando em exíguo prazo para visitas (até 31 de março de 2018). Destarte, pugno por respostas urgentes ao questionamento. Respeitosamente, Luiz Eduardo Marinho Costa - 69º Promotor de Justiça, em substituição Legal". Não foi juntado qualquer documento.*

02 Assim, para melhor instruir o presente procedimento, resolveu o órgão de Assessoria Especial da CGMP, mediante o despacho de fls. 03-04, determinar que a Secretaria Administrativa da CGMP, com urgência, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, cumprisse as seguintes diligências:

a) certificasse se houve anterior formulação de consulta similar à presente, nos últimos 24 meses, envolvendo dúvidas sobre a visita a estabelecimentos militares mencionados na Resolução CNMP nº 56, tendo sido autuada ou como pedido de providências ou consulta ou procedimento de controle e fiscalização ou Procedimento de Gestão Administrativa (PGA) e, em caso afirmativo, junte-se cópia do parecer emitido pelo órgão de Assessoria



vrb

Especial da CGMP e da decisão do Exmo. Sr. Corregedor-Geral do MPRN; b) Juntada de cópia da Resolução nº 003/2018 – PGJ, publicada em 10/03/2018) aos autos do procedimento em epígrafe.

03 Cumpridas as diligências acima referidas, retornaram os autos ao órgão de Assessoria Especial da CGMP somente em 02/04/2018, em razão do feriado forense e do Ministério Público, relativo ao período pascal, ocorrido nos dias 28, 29 e 30 de março de 2018, sendo os dias 31/03 e 01/04, respectivamente, sábado e domingo, onde não há expediente administrativo na sede da PGJ/RN e da Corregedoria-Geral do MPRN, motivo pelo qual as diligências já mencionadas somente puderam ser cumpridas pela Secretaria Administrativa da CGMP na data de 02/04/2018, sendo juntado aos autos, respectivamente, às fls. 08-18, cópia do parecer e da decisão emitida nos autos da Consulta nº 012/2016, e às fls. 20-27, cópia de inteiro teor da Resolução nº 003/2018-CPJ, de 08 de março de 2018, publicada no DOE nº 14.128, Edição de 10/03/2018.

04 Pelo teor da Resolução nº 003/2018-CPJ, de 08 de março de 2018, em especial seu artigo 1º, inciso LXIX, verifica este órgão de Assessoria Especial da CGMP que na redação de referido dispositivo, a atribuição do 69º Promotor de Justiça da Comarca de Natal ficou definida da seguinte forma, *in litteris*: **“com atribuição plena perante a 16ª Vara Criminal, com atribuição plena na auditoria militar, crimes de tortura, extorsão mediante sequestro, nos *habeas corpus* e seus incidentes processuais e nas precatórias criminais de Natal”**.

05 Extraí-se ainda da documentação carreada aos autos do presente procedimento administrativo, às fls. 08-18, que a dúvida levantada pelo ora consultante, Bel. **Luiz Eduardo Marinho Costa**, já consta respondida no corpo do parecer anteriormente emitido pelo Promotor Corregedor **Alexandre Matos Pessoa da Cunha Lima**, nos autos da Consulta formulada pela Bela. **Relva Gardene Rolim dos Santos**, com atribuições perante a 12ª Promotoria de Justiça da Comarca de Parnamirim/RN, e acatado por decisão do então Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. **Paulo Roberto Dantas de Souza Leão**, consoante pode-se extrair seu inteiro teor, *in verbis*:

“EXCELENTÍSSIMO CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:


CONSULTA N. 012//2016

INTERESSADO: RELVA GARDENE ROLIM DOS SANTOS

ASSUNTO: CONSULTA.

#### PARECER

EMENTA: CONSULTA FORMULADA PELA DRA. RELVA GARDENE ROLIM DOS SANTOS OBJETIVANDO SABER QUAL É A PROMOTORIA QUE TEM ATRIBUIÇÕES PARA REALIZAR VISITA NA UNIDADE MILITAR SEDIADA NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM, SE É A 3ª PROMOTORIA DE NATAL OU A 12ª PROMOTORIA DE PARNAMIRIM. A 3ª





PROMOTORIA DE NATAL TEM ATRIBUIÇÃO PLENA PARA ATUAR PERANTE A 11ª VARA CRIMINAL E, EM MATÉRIA CÍVEL, NO ÂMBITO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, NA FISCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS CARCERÁRIOS MILITARES. A 11ª VARA CRIMINAL TEM COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR, **EM TODO O ESTADO**, OS CRIMES AFETOS A JUSTIÇA MILITAR. CONSULTA SIMILAR ENCAMINHADA AO CAOP CRIMINAL. COORDENADORA QUE ENVIOU OFÍCIO ADUZINDO QUE CABE AO 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA A FISCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DA POLÍCIA MILITAR EM TODO O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. POSIÇÃO TOMADA APÓS REUNIÃO COM O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. POSIÇÃO DA COORDENADORA DO CAOP CRIMINAL QUE ENCONTRA RESPALDO NA LEGISLAÇÃO. AS VISITAS ÀS DIVERSAS UNIDADES PRISIONAIS MILITARES DEVEM SER REALIZADAS PELO 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE NATAL, VEZ QUE É ELE QUEM TEM ATRIBUIÇÕES PARA FISCALIZÁ-LA.

## I - RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pela Dra. RELVA GARDENE ROLIM DOS SANTOS, 12ª Promotora de Justiça da Comarca de Parnamirim, objetivando saber como deve proceder com relação à visita que dever ser realizada, semestralmente, no 3º Batalhão da PM.

A douta Promotora encaminhou e-mail com a seguinte consulta: "Bom dia, gostaria de tirar uma dúvida: Quem deverá fazer a visita semestral e o relatório ao CNMP, as unidades militares? Será o PJ da Comarca ou o 3º PJ da Comarca de Natal? Pois recebi o Ofício Circular N. 2016-CAOP-Crim, datado de 26/04/2016, que informa que a atribuição é da 3ª PJ de Natal."

É o Relatório.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

Compulsando os autos, verifica-se que a douta Promotora de Justiça da Comarca de Parnamirim, Dra. Relva Gardene Rolim dos Santos, encontra-se com dúvidas e objetiva saber quem é o Promotor que tem atribuições para fazer visitas nas unidades militares com sede no Município de Parnamirim, no caso, se é o 3º Promotor de Natal ou o 12º Promotor de Parnamirim.

O artigo 3º, incisos I e II, parágrafo único, da Resolução Nº 20, 28 de maio de 2007, ao disciplinar a respeito do tema objeto da consulta, dispõe que:

**Art. 3º** O controle externo da atividade policial será exercido:

I - na forma de controle difuso, por todos os membros do Ministério Público com atribuição criminal, quando do exame dos procedimentos que lhes forem atribuídos;

II - em sede de controle concentrado, através de membros com atribuições específicas para o controle externo da atividade policial, conforme disciplinado no âmbito de cada Ministério Público.

Parágrafo único. As atribuições de controle externo concentrado da



31/10

atividade policial civil ou militar estaduais poderão ser cumuladas entre um órgão ministerial central, de coordenação geral, e diversos órgãos ministeriais locais.

De acordo com os preceitos acima citados, verifica-se que o controle externo pode ser exercido na forma de controle difuso e na forma de controle concentrado. O controle difuso é exercido por todos os membros do Ministério Público com atribuição criminal, quando do exame dos procedimentos que lhes forem atribuídos. Já o controle concentrado, deve ser exercido por membros do Ministério Público **com atribuições específicas** para o controle externo da atividade policial, conforme disciplinado em cada Ministério Público. O parágrafo único aduz que as atribuições do controle externo concentrado **poderão ser cumuladas com os diversos órgãos ministeriais locais**.

Dessa forma, desde que devidamente disciplinado, o controle concentrado para fiscalização das unidades militares pode ser exercido, **também**, pelos órgãos ministeriais locais.

No entanto, faz-se necessário examinar as atribuições das diversas Promotorias Criminais incumbidas no dever de fiscalizar os diversos estabelecimentos prisionais. Vejamos as atribuições da 12ª Promotoria de Justiça de Parnamirim:

PERANTE A 1ª VARA CRIMINAL, NOS FEITOS RELATIVOS À EXECUÇÃO PENAL; ATUAÇÃO CÍVEL E CRIMINAL NO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL, NOTADAMENTE EM RELAÇÃO AOS FEITOS E INVESTIGAÇÕES RELATIVOS AOS DELITOS PREVISTOS NAS LEIS NºS 4.898/65 E 9.455/97 E NO ARTIGO 319 DO CÓDIGO PENAL; NO COMBATE, CÍVEL E CRIMINAL, À SONEGAÇÃO FISCAL; NA TUTELA DE FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

Já a 3ª Promotoria de Justiça de Natal tem atribuições para atuar nas seguintes

áreas:

PERANTE A 11ª VARA CRIMINAL, COM ATRIBUIÇÃO PLENA; E, EM MATÉRIA CIVIL, NO ÂMBITO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, NA FISCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS CARCERÁRIOS MILITARES, QUANTO À CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DA DEMANDA E AO BOM FUNCIONAMENTO VOLTADO PARA ATENDER A SUA FINALIDADE.

De acordo com a Lei de Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, artigo 32, inciso XVII, compete a Décima Primeira Vara Criminal, privativamente:

a) processar e julgar, **em todo o Estado**, os crimes afetos a Justiça Militar, nos termos da legislação específica;



- 324p
- b) na Comarca de Natal, atuar monocraticamente para processar e julgar os crimes de tortura, os resultantes de preconceitos de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, extorsão mediante sequestro, terrorismo, sem prejuízo do plantão estabelecido pela Corregedoria;
  - c) apreciar e decidir os habeas corpus e os incidentes processuais relativos aos feitos da sua competência;

Verifica-se, ainda, que a Dra. Relva Gardene encaminhou consulta similar ao Centro de Apoio Operacional às Promotoria de Justiça Criminais. A Coordenadora do CAOP, Dra. Luciana A. Assunção, enviou e-mail com a seguinte orientação:

Apenas o membro oficialmente cadastrado pela Corregedoria Geral do Ministério Público junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é que terá acesso ao formulário da visita técnica semestral obrigatória, disponibilizado no Sistema de Resoluções do CNMP no portal oficial do colegiado.

Como referido no expediente circular, o membro atualmente cadastrado para tal finalidade é o 3º PmJ de Natal.


Importante destacar que a demanda se refere, no caso em particular, especificamente à visita técnica obrigatória a cada semestre da mencionada unidade militar, de modo que a 12ª PmJ de Parnamirim permanece com suas regulares atribuições de controle externo da atividade policial na Comarca.

No Ofício Circular N. 002/2016, CAOP-Crim, datado de 26 de abril de 2016, a Dra. Luciana Andrade D' Assunção encaminhou comunicação aos Promotores Criminais com os seguintes esclarecimentos:

Em atenção à interpretação dada pelo Procuradoria-Geral de Justiça em reunião na data de hoje quanto à delimitação das atribuições da Promotoria de Justiça atuante na Auditoria Militar ser de âmbito estadual (3ª PmJN), em especial acerca da fiscalização das unidades da Polícia Militar, este Centro de Apoio comunica que a visita obrigatória semestral disciplinada pela Resolução CNMP Nº 20/2007 ficará a cargo daquela, e não dos membros com atribuições para o controle externo difuso.

Acrescenta ainda que apenas os membros oficialmente cadastrados pela Corregedoria Geral do Ministério Público junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é que terão acesso ao formulário de visitas técnicas disponibilizado no Sistema de Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público.

Desse modo, esclarece que os promotores de justiça com atribuição para o controle externo da atividade policial em Natal, Mossoró, Parnamirim, Caicó, Pau do Ferros, Nova Cruz, Assú, Macaíba, Macau, João Câmara, Currais Novos, Santa Cruz e Jardim de Piranhas, poderão desempenhar regularmente suas atribuições fiscalizatórias, sem, contudo, estarem





336

vinculados à obrigatoriedade semestral acima citada quando às unidades militares – persistindo apenas a necessidade indelegável da visita técnica semestral às unidades da polícia civil e periciais, onde houver.

### III.- CONCLUSÃO

Desta forma, após análise das atribuições das promotorias envolvidas e tomando ciência do posicionamento adotado pela Coordenadora do CAOP CRIMINAL, após reunião com o Procurador-Geral de Justiça, este Promotor Corregedor apresenta a seguinte resposta à consulta formulada pela Dra. RELVA GARDENE ROLIM DOS SANTOS:

a) cabe ao 3ª Promotor de Justiça de Natal realizar visitas ordinárias e extraordinárias nas diversas unidades militares sediadas no Estado do Rio Grande do Norte, tendo em vista que as atribuições da referida Promotoria abrangem todo o Estado do Rio Grande do Norte;

b) especificamente na Comarca de Parnamirim, o 3º Promotor de Justiça de Natal é quem tem atribuições para realizar visita ao 3º Batalhão da Polícia Militar, situado na Rua Tenente Ferreira Maltos, 188, Centro.

c) existindo conflitos de atribuições entre os membros do Ministério Público, cabe ao Procurador-Geral de Justiça resolvê-los, nos termos do artigo 22, inciso XX, da Lei Complementar N. 141/96.

Encaminhe-se ao Corregedor Geral do Ministério Público”.

06 Com as modificações realizadas nas competências das varas criminais da Comarca de Natal pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, no segundo semestre do ano de 2017, a anteriormente denominada 11ª Vara Criminal da Comarca de Natal, responsável pelo processo e julgamento dos crimes militares em todo o Estado do Rio Grande do Norte, denominada de “Auditoria Militar”, foi renumerada para a 16ª Vara Criminal da Comarca de Natal/RN, sendo que a atribuição do órgão ministerial de execução de primeiro grau que oficiava perante referido juízo, anteriormente da atribuição da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal/RN, com a vigência da Resolução nº 003/2018-CPJ, de 08 de março de 2018, passou tal atribuição a ser da **69ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal/RN**, ficando referida unidade ministerial, doravante, **com atribuição plena perante a 16ª Vara Criminal, com atribuição plena na auditoria militar.**

07 Pelas razões já bem e devidamente expostas no parecer emitido pelo Promotor Corregedor **Alexandre Matos Pessoa da Cunha Lima** nos autos da **Consulta nº 012/2016-CGMP**, as visitas mencionadas na **Resolução CNMP nº 56**, a serem realizadas nos estabelecimentos militares em todo o Estado do Rio Grande do Norte, em razão da

3416

competência da 16ª vara Criminal da Comarca de Natal/RN de processar e julgar os crimes militares em todo o Estado do Rio Grande do Norte, são, doravante, da atribuição da 69ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal/RN, vez que apenas esta Promotoria de Justiça possui atribuições plenas na matéria de apreciação da auditoria militar perante referido juízo especializado.

08 Destarte, entende este órgão de Assessoria Especial da CGMP/RN, *data maxima venia*, que não houve substancial modificação em relação a matéria anteriormente de atribuição da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal/RN, no que pertine a atuação perante a Vara Criminal responsável pela auditoria militar, apenas sendo modificada a numeração ordinal daquele juízo no âmbito da Comarca de Natal e, em relação ao órgão do Ministério Público, a anterior atribuição legal fora transferida pelo Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal/RN **para a 69ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal/RN, ficando as visitas às diversas unidades prisionais militares em todo o Estado do Rio Grande do Norte sob a responsabilidade desta última Promotoria de Justiça.**

É o parecer, que ora submeto à superior deliberação de Vossa Excelência.

Natal/RN, 03 de abril de 2018

  
**FRANCISCO HÉLIO DE MORAIS JÚNIOR**  
PROMOTOR CORREGEDOR II





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CORREGEDORIA-GERAL

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária  
CEP 59065-555 – Telefone/fax: 3232.7136 – [cgmp@mprn.mp.br](mailto:cgmp@mprn.mp.br)

Procedimento nº 19.290/2018-CGMP

Assunto: Procedimento de Gestão Administrativa

Interessado: Luiz Eduardo Marinho Costa

### DECISÃO

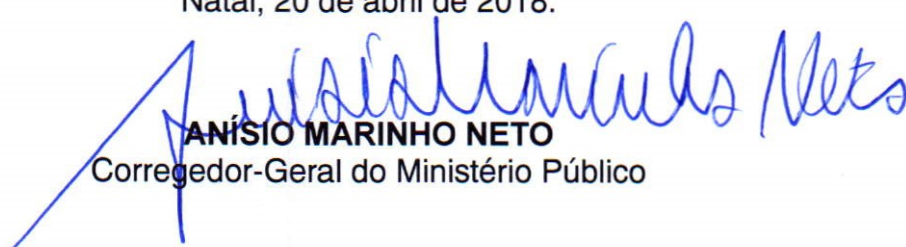
Aprovo e adoto o parecer, de fls. 28-34, da lavra do Promotor Corregedor Francisco Hélio de Moraes Júnior, como razão de decidir.

Encaminhe-se ofício ao Promotor de Justiça interessado com cópia do parecer e da presente decisão para ciência.

Após, arquivem-se os autos.

Cumpra-se.

Natal, 20 de abril de 2018.

  
**ANÍSIO MARINHO NETO**  
Corregedor-Geral do Ministério Público